

*MAIO DE 1968: OS SILÊNCIOS DA MEMÓRIA**

Introdução

Falando de história e de política, não há como não considerar o fato de que a memória é feita de esquecimentos, de silêncios. De sentidos não ditos, de sentidos a não dizer, de silêncios e de silenciamentos.

Os sentidos se constroem com limites. Mas há também limites construídos com sentidos. E quando penso maio de 68, o que vem à frente da cena - política e histórica - é o silenciamento, são os sentidos que impõem limites. A tortura, a censura, a agressão da ditadura à sociedade, à cidadania.

Mais do que ver no acontecimento maio-68 a constatação dessa violência, interessa vê-lo, enquanto acontecimento discursivo, justamente, como fato desencadeador de um processo de produção de sentidos que, reprimido, vai desembocar na absoluta dominância do discurso (neo)liberal. No entanto, enquanto tal, no momento em que apareceu, maio-68 abria para uma nova discursividade, produzindo efeitos metafóricos que afetavam a história e a sociedade, de maneira explosiva, em várias

direções: politicamente, culturalmente, moralmente. E o que vai se dar com essa discursividade no futuro? O que significa maio de 68 hoje?

Para trazermos essa questão para a reflexão, podemos referir o texto de M. Pêcheux (p. 33 aqui mesmo), no qual ele procura compreender, junto a lingüistas, semioticistas e historiadores, a fragilidade no processo de inscrição do acontecimento no espaço da memória que, segundo ele, joga em uma dupla forma: a. o acontecimento que escapa à inscrição, que não chega a inscrever-se, e b. o acontecimento que é absorvido na memória como se não tivesse ocorrido.

O caso que estou apresentando não se enquadra nem na primeira, nem na segunda possibilidade. É uma nuance entre elas: é como se não tivesse ocorrido (b), não porque foi absorvido mas, ao contrário, justamente porque escapa à inscrição na memória (a). É este, penso eu, o caso da censura em geral. Nesse sentido, embora eu explore aqui uma situação particular de censura, essa minha reflexão pode contribuir para a compreensão da relação entre memória e censura em geral.

Um pouco de teoria

É já conhecido, na análise de discurso, que há interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia. É assim que se considera que o sujeito se constitui em sujeito por ser afetado pelo simbólico. Daí seu assujeitamento, ou seja, para que o sujeito seja sujeito é necessário que ele se submeta à língua. E é por estar sujeito à língua, ao simbólico, que ele, por outro lado, pode ser sujeito de.

Além disso, é preciso que a língua se inscreva na história

para significar. E é isso a materialidade discursiva, isto é, linguístico-histórica. Da interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia resulta a forma-sujeito histórica. Em nosso caso, a forma-sujeito histórica capitalista corresponde ao sujeito-jurídico constituído pela ambiguidade que joga entre a autonomia e a responsabilidade sustentada pelo vai-e-vem entre direitos e deveres. Podemos dizer, então, que a condição inalienável para a subjetividade é a língua, a história e o mecanismo ideológico pelo qual o sujeito se constitui.

Por outro lado, esse sujeito, uma vez constituído, sofre diferentes processos de individualização (e de socialização) pelo Estado. Assim, se temos o indivíduo como ponto de partida para o assujeitamento ao simbólico - e, quanto a este assujeitamento o sujeito não tem controle pois ele se passa “antes, em outro lugar e independentemente” - temos sobre esse sujeito processos que o individualizam e que derivam das diferentes formas de poder. E aí as Instituições e o Poder constituído têm um papel determinante. É nessa instância que se dão as lutas, os confrontos e onde podemos observar os mecanismos de imposição, de exclusão e os de resistência.

Pois bem, é assim, partindo dessa posição teórica, que procuraremos compreender o que tenho chamado de “processos de de-significação” que estão presentes em discursividades como as que incidem sobre maio de 68. Portanto, não trataremos o sujeito como algo que se trabalha do ponto de vista de uma sua essência, mas pensando sua existência como constituída pela sua relação com a língua e com a história onde se confrontam o simbólico e o político.

E a nossa questão é: o que aconteceu com os sentidos que constituem o evento maio-68?

Para falar disso retomamos o fato de que falar é esquecer. Esquecer para que surjam novos sentidos mas também es-

quecer apagando os novos sentidos que já foram possíveis mas foram estancados em um processo histórico-político silenciador. São sentidos que são evitados, de-significados.

Formações Discursivas e Esvaziamento de Sentido

A definição de formação discursiva diz que ela delimita “aquilo que pode e deve ser dito por um sujeito em uma posição discursiva em um momento dado em uma conjuntura dada” (Haroche, Henry, Pêcheux, 1975).

No modo como o político se simboliza nos anos 60 há todo um possível dizer da sociedade, da cultura que coloca os sujeitos em medida de uma transformação histórica e social de grande dimensão. Essa possibilidade eclode nos movimentos de 68 tendo a palavra *liberdade* como carro-chefe. No mundo todo há manifestações de rua em que uma discursividade cantante trabalha os muitos sentidos postos na reivindicação das liberdades concretas necessárias à sociedade em suas novas possíveis formas.

São assim enunciados que funcionam em suas relações parafrásticas, relacionando-se em suas diferentes formulações ao que pode significar “liberdade”:

- a. “É proibido proibir!”.
- b. “Faça amor e não faça guerra !” que deriva ainda para “Paz e Amor!”.
- c. “Boulot, Metro, Dodo!” em português: “Trabalho, Condução e Cama!”.

Que, em suas diferentes formas de dizer, afirmam a re-

culpa a uma vida reduzida a regras e a um trabalho que, por sua vez, reduz o homem em suas possibilidades de vida.

Uma paráfrase agora, com o tempo já deslocado, mostra a conversão desse discurso em um processo que o de-significou. Essa paráfrase aparece, em maio de 1998, em um poster de propaganda no metrô de Paris: um casal nu, tatuado com flores no peito, dirigindo-se a uma exposição, e, embaixo, os dizeres “Entrada livre. Isso faria sonharem seus pais...”.

Esse enunciado por sua vez mostra a forma como os sentidos concretos e explosivos de liberdade, que estavam levando à uma revolução social e cultural, a novos sentidos para os sujeitos e para a história, foram barrados violentamente pelo status quo. Pelas instituições, pelo poder. E, no caso do Brasil, mais violentamente ainda porque estávamos em uma ditadura e era bem diferente dizer “É proibido proibir” aqui em uma rua de São Paulo e em uma rua de Paris...

No poster dos anos 90 “entrada livre” e gratuita reduz o sentido de liberdade ao preço de um parque de diversões.

O interdito que toma a forma do impossível

Então, sentidos possíveis, historicamente viáveis foram politicamente *interditados*. E tornaram-se inviáveis. Essa impossibilidade, posta pela censura e pela força, se naturaliza e funciona como um pre-construído restritivo a certos sentidos de liberdade, de tal maneira, que eles parecem *impossíveis*. Foram assim desmoralizados, amolecidos, inviabilizados, de-significados, postos fora do discurso. E a palavra “liberdade” aparece feito florzinha que se prende com um bottom numa roupinha maneira... Ao mesmo tempo, pela outra mão, a da direita, nesse mesmo processo, se estabelecem as bases do discurso neo-libe-

ral em que se individualiza a questão da liberdade, destituindo-a da força concreta histórica que ela tinha na outra formação discursiva - a da esquerda, em que o partido comunista propunha em seu programa a necessidade de construção de uma democracia fundada nas liberdades concretas necessárias para as novas formas sociais - em que haviam se alocado sentidos explosivos de liberdade. E o que é silenciado em uma formação discursiva é acolhido em outra formação discursiva, esta, dominante, que corresponde ao viés pragmático e empresarial da política neo-liberal desembaraçada dos sentidos mais corrosivos, transformadores do político. Essa liberdade sem determinações concretas, agora generalizada, pode ser reivindicada, individualizando-se, até pelos neo-nazistas que, em nome dela, exigem o direito de usar a suástica em suas roupas opressivas.

O que é isto companheiro?

Não é nada disso, companheiro, diz uma paráfrase de José Simão que, com seu humor, evoca o jogo discursivo que atravessa esse enunciado em sua memória, agora transformada de romance em filme.

E a questão é, sem dúvida uma questão de memória. No sentido discursivo. A memória - o interdiscurso, como definimos na análise de discurso - é o saber discursivo que faz com que, ao falarmos, nossas palavras façam sentido. Ela se constitui pelo já-dito que possibilita todo dizer.

Pois bem, como dissemos no início, o sujeito é assujeitado, pois para falar precisa ser afetado pela língua. Por outro lado, para que suas palavras tenham sentido é preciso que já tenham sentido. Assim é que dizemos que ele é historicamente determinado, pelo interdiscurso, pela memória do dizer: algo fala antes, em outro lugar, independentemente. Palavras já ditas

e esquecidas, ao longo do tempo e de nossas experiências de linguagem que, no entanto, nos afetam em seu “esquecimento”. Assim como a língua é sujeita a falhas, a memória também é constituída pelo esquecimento; daí decorre que a ideologia, diz M. Pêcheux (1982), é um ritual com falhas, sujeito a equívoco, de tal modo que, do já dito e significado, possa irromper o novo, o irrealizado. No movimento contínuo que constitui os sentidos e os sujeitos em suas identidades na história.

Ainda em M. Pêcheux (aqui mesmo, p. 36) temos: “uma espécie de repetição vertical, em que a memória esburaca-se, perfura-se antes de desdobrar-se em paráfrase”. O que dá, segundo esse autor (idem, p.39), a idéia de memória como um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização. Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos (1).

Memória e Censura

O que acontece com maio-68 porém é de outra ordem. A falha é constitutiva da memória, assim como o esquecimento. No entanto o que acontece com os sentidos de 68 é que eles não falham apenas nessa memória, eles foram silenciados, censurados, excluídos para que não haja um já dito, um já significado constituído nessa memória de tal modo que isso tornasse, a partir daí, outros sentidos possíveis. Há faltas (2) - e não falhas - de tal modo que eles não fazem sentido, colocando fora do discurso o que poderia ser significado a partir deles e do esquecimento produzido por eles para que novos sentidos aí significassem. Há, assim, “furos”, “buracos” na memória, que são lugares, não em que o sentido se “cava” mas, ao contrário, em que o sentido “falta” por interdição. Desaparece. Isso acontece porque toda uma região de sentidos, uma formação discursiva, é apagada, silenciada, interdita. Não há um esquecimento pro-

duzido *por* eles, mas *sobre* eles. Fica-se sem memória. E isto impede que certos sentidos hoje possam fazer (outros) sentidos. Como a memória é, ela mesma, condição do dizível, esses sentidos não podem ser lidos.

Para observarmos isso basta pensarmos nos sentidos dos nossos “companheiros” de maio-68 trucidados pela tortura e pela repressão militar. Eu vi, em meu silêncio, muitos de meus colegas com suas fotos afichadas como perigosos guerrilheiros em pilares da rodoviária de São Paulo toda vez que ia tomar ônibus. Eram lidos, vistos, pensados como perigosos terroristas. Por onde passam os sentidos do terrorismo? Por onde passam os sentidos da resistência política de 68? Os sentidos de liberdade?

Acontece que estes sentidos - excluídos, silenciados - não puderam e não podem significar, de tal modo que há toda uma nossa história que não corresponde a um dizer possível. Não foram trabalhados socialmente, de modo a que pudéssemos nos identificar em nossas posições. Do mesmo modo ficam sem ser politicamente significados os feitos da tortura e do que resultou dela na nossa política. Toda vez que vamos votar, mesmo que nem pensemos nisso, o fato de que o Brasil é um país que tortura os dissidentes políticos faz parte de nossa memória e de nossos gestos políticos. E isso não mereceu ainda sua explicitação política (3). **Está fora da memória, como uma sua margem que nos aprisiona nos limites desses sentidos.** O que está fora da memória não está nem esquecido nem foi trabalhado, metaforizado, transferido. Está in-significado, de-significado (4).

Em conseqüência, a discursividade política tem seus pontos de tensão nos indícios desses silenciamentos. Hoje, discursos como os do MST, que são uma ruptura no discurso político neo-liberal, têm dificuldade de significar-se nessa margem em que muitos sentidos não podem fazer o sentido do político onde palavras como “movimento” podem significar algo sujei

to a repressão porque resvala para o que, hoje, se considera como ilegal, indo na direção do que se considera “mobilização social”, ilegal, e que, em maio-68, estava absolutamente dentro das expectativas do político.

Para terminar, eu gostaria de dizer que o real histórico faz pressão, fazendo que algo irrompa nessa objetividade material contraditória (a ideologia). O que foi censurado não desaparece de todo. Ficam seus vestígios, de discursos em suspenso, in-significados e que demandam, na relação com o saber discursivo, com a memória do dizer, uma relação equívoca com as margens dos sentidos, suas fronteiras, seus des-limites.

Eni P. Orlandi

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Papel da memória / Pierre Achard ... [et al.] ;
tradução e introdução José Horta Nunes. –
Campinas, SP : Pontes, 1999.

Outros autores: Jean Davallon, Jean-Louis
Durand, Michel Pêcheux, Eni Puccinelli Orlandi.

1. Análise do discurso 2. História 3. Linguagem
e história 4. Memória (Filosofia) 5. Semiótica
6. Sociolinguística I. Achard, Pierre. II. Davallon,
Jean. III. Durand, Jean-Louis. IV. Pêcheux, Michel,
1936-1983. V. Orlandi, Eni Puccinelli, 1942-.
VI. Nunes, José Horta. VII. Título.

000001

CDD-401.4